

Se jamais faltou ao nosso Estado espírito de total cooperação, diante dos interesses da coletividade brasileira, não poderia ele omitir-se, como realmente não se omitiu, no empenho de ajustar-se aos princípios e às diretrizes da nova era que se inaugurou, no Brasil, em 1964.

Parcela da Federação, de vital importância, pela pujança econômica alcançada, graças ao espírito empreendedor e à irresistível vocação para o trabalho, de seu povo, São Paulo havia, necessariamente, de influir sobre o comportamento da economia e o desenvolvimento global do País. E essa influência só poderia resultar do crescimento econômico e social interno, em compasso com as soluções da problemática definida, no plano federal, pela política monetária e financeira e pelas prioridades nacionais.

Já aludi, em outra oportunidade, à similitude, guardadas as devidas proporções, entre alguns dos problemas afetos à União e aqueles cuja solução cabe aos poderes deste Estado. Apesar do grau de adiantamento geral a que já atingimos, verificam-se, também aqui, vazios demográficos, sociais e econômicos, em manifesto contraste com regiões em pleno desenvolvimento, a reclamarem urgente nivelamento. Também aqui se fazia sentir a falta de sistema viário que interligasse todas as regiões. E aqui também avultam, em desafio, os graves problemas gerados do adensamento populacional e da concentração industrial na área metropolitana.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

A par de jamais fazer qualquer concessão a imposições que conflitassem com o interesse público, o meu Governo, desde que se instalou, repeliu o empirismo.

Toda a ação administrativa se lastreou num planejamento realista, sem artificialismos e estritamente compatibilizado com as potencialidades econômicas e humanas de São Paulo.

Pela primeira vez, entre nós, foram elaborados Diagnósticos Sócio-Econômicos das onze Regiões Administrativas em que se divide o território bandeirante.

Constituíram eles o instrumento preciso e precioso para a formulação dos programas, voltados para todas as áreas de atividades que o Governo vem desenvolvendo.

Não se descurou de nenhuma necessidade, mediata ou imediata, da comunidade.

Para tanto, definiu-se todo um elenco de linhas administrativas.

O esforço inicial visou especificamente ao aumento da capacidade de investimento do Estado.

Afirmo sempre que o orçamento de investimentos é o pulmão por onde respiram todos os programas de obras públicas.

As cifras demonstram os resultados desses esforços.

Em 1971, o orçamento de investimentos somava 1 bilhão e 800 milhões de cruzeiros.

Em 1974, esse total se eleva, originalmente, a 4 bilhões e 700 milhões.

Já anunciei, no entanto, a suplementação do orçamento, em valor superior a 1 bilhão de cruzeiros.

Serão, por conseguinte, aproximadamente 6 bilhões de cruzeiros, destinados a obras e serviços públicos, num volume de recursos orçamentários jamais consignados para tal finalidade.

Cotejados, pois, os números referentes a 1971 e a 1974, verifica-se que, em três anos apenas, o orçamento de investimentos do Estado acusou aumento superior a 300%.

Resultado tão expressivo é decorrência direta da alta eficiência alcançada pelo sistema de arrecadação do Estado, ao lado de contínuo e inflexível empenho de racionalização da máquina administrativa.

Como dado de maior importância, faço questão de realçar que a receita do Estado vem acusando, seguidamente, substancial acréscimo, sem se agravar a carga tributária.

Ao contrário, a alíquota do ICM — tributo responsável por mais de 90% dos recursos do Tesouro estadual — vem sendo reduzida, a partir de 1971, à taxa de 0,5% ao ano.

Elevada, pois, a capacidade de investimentos do Estado, tornou-se possível dar execução aos programas traçados, dentro de uma escala de prioridades, em que avultam, como fundamentais, os setores da educação e da agricultura.

Interligadas à educação e à agricultura, as demais áreas da Administração, tais como energia elétrica; transportes rodoviários, ferroviários, aeroviários e hidroviários; saúde e saneamento básico; justiça, segurança pública e promoção humana, absorvem, por igual, o esforço do Governo.

Pelos êxitos obtidos, posso reafirmar que nunca, como nos últimos três anos, São Paulo trabalhou tanto, nunca São Paulo produziu tanto, nunca em São Paulo se geraram tantos empregos e tantas oportunidades.

Identificados, que foram, inicialmente, os problemas do Estado, em seus múltiplos aspectos, criou meu Governo, ao lado e em conjunção com o modelo federal, o modelo paulista de desenvolvimento.

Todos os programas elaborados, em função desse modelo e à luz de rigoroso planejamento, foram meticulosamente executados, ou se encontram em fase final de execução.

*Interiorização*

A interiorização do desenvolvimento tem sido a meta-síntese de meu Governo, como fator de promoção do homem e da economia. A expressão resume um conjunto de providências coordenadas, em que se tem desdobrado a atividade administrativa, e define objetivos que se procuram atingir, com resultados que posso qualificar de altamente positivos, não só no âmbito de Administração estadual como, por complementação, em suas repercussões sobre o desenvolvimento do País.

Posta em confronto a área metropolitana da Grande São Paulo com a situação do interior do Estado, estavam claramente indicados os rumos da ação governamental.

A concentração industrial verificada nessa área — estimulada pela sua situação geográfica e por fatores locais, incluída a disponibilidade de energia elétrica e de mão-de-obra — deu lugar à formação da Região Metropolitana, tornando-a o centro polarizador, não apenas do Estado como do País. Representando tão-só 3,2% da superfície territorial bandeirante, conta com alto índice populacional, equivalente à metade do total de habitantes do Estado. É, além disso, responsável por 70% de nossa produção industrial. A despeito da sua alta capacidade de geração de renda, os consideráveis benefícios originados da formação do complexo industrial já se aproximam dos